



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

EDITORIAL

Rudolf von Sinner, editor-chefe
Sérgio Junqueira, editor convidado

É com muita alegria e satisfação que apresentamos a nossas leitoras e nossos leitores a presente edição dos Estudos Teológicos com um dossiê sobre Ensino Religioso – ER. Dedicamos esta edição ao colega Remí Klein, quem por muitos anos foi professor na Faculdades EST, na área de Religião e Educação, e quem, ao longo das últimas décadas, local, nacional e internacionalmente tem contribuído com a formação, a pesquisa e a organização do movimento de articulação desse componente curricular nas diferentes regiões do país. Especialmente neste momento em que existe um movimento de buscar reimplantar o proselitismo por meio do ensino confessional, homenagear profissionais como Remí Klein é fazer memória do que buscamos há quase três décadas, qual seja, educar o cidadão e a cidadã para que aprenda, com conhecimento, a respeitar a diversidade na sociedade. A presença do Prof. Remí está, sutilmente, presente no presente dossiê. Este é parte de uma história, como o trabalho que foi publicado em 2012 em Curitiba, o “Mapa da Produção Científica do Ensino Religioso – 2000 a 2010”, um exercício de identificação e análise dos elementos de trabalhos científicos como Teses e Dissertações, Livros teóricos, Artigos em periódicos com Conselho Científico e Artigos em Eventos. Objetivo dessa obra foi estabelecer um estado da arte sobre o ER no Brasil.

Porém, em 2015, no V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciência da Religião (ANPTECRE), ocorrido em Curitiba (PR), verificou-se a necessidade de articular inícios de um estudo qualitativo sobre essas produções científicas sobre o ER. Com essa intenção foram convidados pesquisadores e pesquisadoras de diferentes regiões do país, visando identificar e sistematizar o estudo sobre a pesquisa sobre o ER, considerando que esse constitui um importante campo de atuação da inserção da área Ciências da Religião e Teologia na educação básica, e está alocado na subárea de Ciência da Religião Aplicada. Cabe notar que uma subárea como essa, entre outras, pode atender a profissionais e pesquisadores e pesquisadoras com formação em Teologia ou em Ciências da Religião, como previsto na árvore do conhecimento dessa área.

O ER aproxima a pós-graduação e graduação da educação básica, como orienta o Documento de Área Ciências da Religião e Teologia da CAPES, de 2016, sobre o perfil do pessoal formado pelos seus cursos de pós-graduação, considerando o desenvolvimento de habilidades para a análise do fato religioso, dos fenômenos religiosos e/ou das linguagens religiosas, realizando aproximações históricas e comparativas, sistemáticas e hermenêuticas das práticas e experiências religiosas humanas e de suas instituições sociais. Especificamente sobre a relação com a educação básica, afirma que a formação dos professores e professoras para atuar, de forma aberta e plural, segundo um

paradigma não confessional, com os conteúdos relacionados ao campo de estudos das religiões, das espiritualidades, das tradições religiosas, das tradições de sabedoria, do ateísmo, do agnosticismo e da não afiliação religiosa em ambientes escolares e públicos. Nessa direção, a área tem procurado incentivar os programas de pós-graduação para que tenham um aprofundado e qualificado intercâmbio com os cursos de graduação na área. Em alguns casos, foi decisiva a participação de docentes nos debates sobre a Base Curricular para o ER e sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Teologia. Para o momento, o desafio ainda permanece quanto às Diretrizes Curriculares e aos cursos de bacharelado e, principalmente, de licenciatura em Ciências da Religião e suas variações. Ainda nesse contexto, a área deve estar implicada nas políticas de valorização do magistério, nas ações relacionadas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na formação continuada de docentes e na ampliação da oferta de cursos de mestrado profissional para a formação de docentes da educação básica. Desta forma, compreender os caminhos da pesquisa nas diferentes regiões do país será fundamental para articular a pesquisa com o ensino e a extensão junto aos programas de pós-graduação e aos cursos de graduação que dialogam sobre o ER.

O dossiê é aberto por um artigo da autoria de *Claudete Beise Ulrich* e *José Mário Gonçalves*, da Faculdade Unida de Vitória/ES. Percorre a legislação pertinente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, com a modificação, em 1997, justamente do artigo 33 que versa sobre o ER, passando pela recente decisão do Supremo Tribunal Federal que admite o caráter confessional do ER, chegando na Base Nacional Comum Curricular de 2017, a qual, após certa polêmica, acabou incluindo o ER como área própria de conhecimento. Os debates mostram que persiste um “dilema epistemológico” (Evaldo Luís Pauly): trata-se, afinal, de conhecimento e prática religiosa particular e, portanto, opcional ou de educação permissível e até necessária num estado laico de alta presença e diversidade religiosa como é o caso do Brasil? A autora e o autor do artigo sublinham o “novo foco do Ensino Religioso” como “o estudo do fenômeno religioso”, que se articula no meio da escola como “espaço multicultural e multirreligioso”. Quatro necessidades se impõem a partir daqui: 1) um ER como componente curricular em pé de igualdade com os demais; 2) a definição de diretrizes curriculares nacionais como existem para todas as demais áreas de conhecimento; 3) o estabelecimento de critérios claros para a formação docente, qual seja, com licenciatura em ER, e 4) a afirmação do caráter “não confessional, não catequético e não proselitista” do ER na escola pública.

Segue-se um artigo de *Laude Erandi Brandenburg*, da Faculdades EST, São Leopoldo/RS, sobre eventos promovidos pelo Grupo de Pesquisa Currículo, Identidade Religiosa e Práxis Educativa, especialmente os até hoje 13 simpósios de ER, realizados desde o ano de 2000. Mesmo que, segundo a autora, esses eventos não tenham produzido resultados de pesquisa de alto padrão no sentido estreito da palavra, se constituíram num “mutirão epistemológico” de “comunidades de investigação” (Matthew Lipman), compostas pelas pessoas participantes, buscando dar respostas aos anseios que emergem do cotidiano escolar. A atividade de ensino é vista como sendo bem mais do que uma mera aplicação de teorias estabelecidas em outros ambientes, sendo as pessoas docentes “sujeitos competentes que detêm saberes específicos ao seu trabalho” (Maurice Tardif).

Gilbraz Aragão e *Mailson Souza*, da Universidade Católica de Pernambuco, apresentam uma reflexão sobre a transdisciplinaridade no campo das Ciências da Religião, explorando sua aplicação ao ER. Visa possibilitar um “diálogo das tradições

de sabedoria espiritual com as ciências” que deve incluir o reconhecimento de um mistério “que está na realidade e escapa às nossas observações, está entre e além de suas apreensões, e exige de todos uma reverência mística”. A tradição das Ciências da Religião no Brasil inclui abordagens fenomenológicas e hermenêuticas do “sagrado”, e por isso mesmo se propõe como epistemologia apropriada na reflexão sobre e na formação para o ER. Como reflexão e “autointerpretação de uma tradição religiosa”, também a Teologia pode entrar no diálogo. Porém a abordagem das Ciências da Religião, conforme os autores, é a mais propícia para informar as pessoas docentes do ER e favorecer “uma aprendizagem analítica desses conhecimentos espirituais da humanidade”, promovendo, assim, o diálogo inter-religioso.

O próximo artigo estabelece referenciais para compreender os fundamentos da pesquisa, tendo sido produzido na Universidade Federal de Sergipe pelos pesquisadores *Péricles Andrade* e *Ismael de Vasconcelos Ferreira*. Tem como objetivo propor alternativas às dificuldades de implementação de uma agenda multicultural no Ensino Religioso, sobretudo a partir das tensões entre os capitais culturais religiosos familiares e escolares. Reforça a existência do dilema epistemológico do ER no Brasil, bem como insiste na necessidade de uma articulação entre igualdade e diferença. Busca responder à seguinte questão: como é possível aos professores e professoras de Ensino Religioso instituir, nos espaços escolares, princípios multiculturais para estudantes cujos capitais culturais familiares são constituídos por uma linguagem religiosa naturalizada enquanto sistema simbólico com elementos de totalidade coerente? Recorre-se ao conceito de capital cultural em Pierre Bourdieu, entendido como consciência prévia que tem na religião sua principal fonte de produção de sentido, constituindo-se num recurso metodológico fundamental enquanto alternativa a resoluções parciais dessas questões. Em atenção aos capitais trazidos pelas alunas e pelos alunos para a sala de aula, deve-se investir num conhecimento fenomenológico das religiões para promover a lidar com a pluralidade de “experiências de sentido” realmente existente – e legítima. Isso exige uma adequada formação docente, que permanece, por ora, um desiderato.

O próximo texto, produzido no Programa de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) pelas pesquisadoras *Elisa Rodrigues* e *Tania Alice de Oliveira*, aborda o PIBID de ER como “proposta de educação para relações de equidade em contextos de diversidade religiosa”, explicitando uma proposta de política pública do governo federal presente em algumas das graduações em Ciência da Religião no país. Neste texto, as pesquisadoras expõem como exemplificação o subprojeto realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, realizado junto a escolas públicas no município, que contribui com a formação de futuros professores e professoras de ER não apenas como prática, mas sobre a discussão das diferentes tradições religiosas brasileiras em perspectiva compreensiva. Paradoxalmente, enquanto afirma não haver espaço para proselitismo no ER, advoga o “diálogo com a religião enquanto uma das esferas sociais que nos ajuda a entender a conjuntura mundial vigente”, portanto como “parceira na busca por outras fontes de conhecimento”, tendo direito a ter sua voz ouvida. Neste contexto, o PIBID de ER configura-se como “agente transformador da realidade” e “política pública de combate à intolerância religiosa”.

Segue-se um artigo produzido pelas pesquisadoras *Maria Lourdes Sanches Vulcão* e *Kátia de Nazaré Santos Fonsêca* e pelo pesquisador *Marcos Vinicius de Freitas Reis*, da Universidade Federal do Amapá, que mapeia as produções acadêmicas sobre o ER no norte do Brasil. Este estudo atualiza e estabelece os referenciais das produções científicas naquela região, permitindo não apenas uma primeira iden-

tificação e análise da produção, mas também uma articulação entre os pesquisadores da região, visando à produção de uma abordagem mais detalhada em livro, prevista para 2019. Também neste texto se entende o ER como estudo da religião com “fenômeno social” e não como “doutrina ou valores morais”. Demonstra, entre outros, que os Encontros Nacionais de Ensino Religioso (ENER), havidos entre 1986 e 1998, não contemplaram a região norte do país. Lista dissertações, artigos em periódicos e capítulos de livros que tratem especificamente do ER na referida região. Detecta-se uma sensível e problemática inatividade do poder público nessa área, bem como uma absoluta falta de reflexão sobre o ER em universidades públicas, fazendo com que o poder de definição fique nas mãos das instituições de ensino superior – IES e instituições religiosas. As autoras e o autor defendem que o ER deve ser “parte do ensino e não um ensino à parte”, necessitando ser tratado sob o ponto de vista da escola e não da comunidade religiosa.

O último texto do dossiê promove um mapeamento de dissertações e teses na área do ER, produzido pelo pesquisador Sérgio Junqueira e pela pesquisadora Cláudia Regina Kluck, do Instituto de Pesquisa e Formação Educação e Religião de Curitiba (PR), vinculado ao programa de Concepções e Recursos no projeto Mapa da Produção Científica, o qual, a partir da pesquisa acadêmica do ER por meio de dissertações e teses no cenário brasileiro, buscou compreender um percurso aproximado de quarenta anos atravessando campos como Educação, Ciência da Religião, Teologia, Direito, Antropologia e Sociologia. O objetivo do levantamento foi analisar o contínuo processo de construção da identidade do ER como componente curricular a partir da produção científica ao redor dessa temática, visando estabelecer a compreensão das escolhas metodológicas realizadas para favorecer a identificação dos trabalhos sobre o objeto. Organizado em três núcleos, quais sejam, os pressupostos da pesquisa, o contexto e especificamente as dissertações e teses, o artigo evidencia a utilização de métodos quanto à identificação da história, do processo de ensino e aprendizagem e do impacto no cotidiano social, mesmo que ainda seja escassa a pesquisa de campo, sendo a grande maioria das pesquisas de cunho qualitativo, bibliográfico e/ou documental.

A seção *Teologia e Interdisciplinaridade* é aberta por um artigo de *André Bousfield* sobre o protestantismo na fronteira operária brasileira. Apresenta a atuação do missionário presbiteriano norte-americano Richard Charles Smith, com seu programa autodenominado de “Solidariedade Fiel”, junto ao operariado, procurando atender às suas necessidades tanto sociais como espirituais. Já nos EUA tinha trabalhado na área do “evangelismo industrial”, tema também de sua tese de doutorado defendida na Universidade de Genebra, na Suíça. Como já nos EUA, também no Brasil, na região de Criciúma/SC, Smith trabalhou em área de mineração carbonífera. Depois, mudou-se para São Paulo para exercer o ministério pastoral na Igreja Presbiteriana Jardim das Oliveiras, mantendo o foco na evangelização industrial. Esse trabalho tem especial relevância considerando o crescente estranhamento entre o protestantismo e o operariado, já constatado em pesquisa do Conselho Mundial de Igrejas, conhecida e apreciada por Smith. No Brasil, constatou-se uma desaceleração do crescimento protestante na primeira metade do século XX, diferente do que aconteceu com as igrejas pentecostais. Fazendo comparações com a situação em outros países, Smith construiu “diálogos dramáticos” para chamar a atenção dos presbiterianos para sua postura excludente quanto ao operariado. Lembrou que Cristo fora filho de carpinteiro e que ele próprio deve ter exercido tal atividade, portanto deveria tornar-se uma chave hermenêutica para a aproximação com os trabalhadores. O autor salienta que a

teologia nasce, e deve nascer, de uma inserção na práxis, como ato segundo, postura típica e pertinente da teologia da libertação latino-americana.

A seguir, *Leomar Antônio Brustolin* e *Leandro Luis Bedin Fontana*, coordenador e pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCRS, respectivamente, abordam a antropologia cristã sob o ponto de vista do testemunho bíblico. Ressaltam que a tradição hebraica, repercutida por Jesus e também por Paulo no Novo Testamento, constitui-se como antropologia integral e difere da abordagem grega ao ressaltar a unidade do corpo humano em detrimento de sua dualidade. Diferente de um exacerbado individualismo como existe na contemporaneidade, a antropologia bíblica entende que o ser humano desenvolve sua “verdadeira identidade” sempre em relação, numa “estrutura relacional essencial”, de modo especial ao amar a Deus e a perceber-se sendo amado por Deus. Cita-se o teólogo católico alemão Thomas Pröpper, que afirma: “O ser humano existe diante de Deus (*coram Deo*) e como resposta à Palavra interpeladora de Deus”. É daqui que o ser humano haure sua vocação (seu ser) e sua missão (seu agir) no mundo. Em vez de uma negação do corpo, ou de uma idolatria ao corpo, a corporeidade deve ser valorizada, sendo que o ser humano não apenas tem um corpo, mas é corpo.

Marcia Regina Chizini Chemin e *Waldir Souza* refletem sobre a assistência espiritual em Cuidados Paliativos no final da vida. Advogam a presença do teólogo ou da teóloga, profissional de capelania hospitalar, como assistente espiritual nas próprias equipes de Cuidados Paliativos, como ocorre em vários lugares, mas não em outros. Na visão teológica do autor e da autora, visa-se acompanhar um processo de morrer entre uma morte assistida e antecipada (eutanásia) e uma vida temerariamente prolongada (distanásia) ao tratar-se de paciente em fase final, sem perspectiva de cura. A assistência espiritual deve estender-se também a familiares em seu acompanhamento ao morrer de seu membro querido, bem como ao pessoal médico, para quem o conviver com a impotência e o sentimento de derrota diante da morte iminente também se mostram difíceis.

A seção é encerrada por uma contribuição de *Willibaldo Ruppenthal Neto* e *Renan Frighetto*, historiadores da Universidade Federal do Paraná, sobre o relato do grego Hecateu de Abdera (século IV a. C.) sobre os judeus, primeiro relato relativamente extenso conhecido por parte de um autor grego, não judeu. Conhecemos esse relato a partir da *Biblioteca Historica* de Diodoro Siculo, por sua vez conservado por *Fócio* em sua *Bibliotheca*. Se o relato, por um lado, contém equívocos, por exemplo, alegando que tenha sido Moisés que fundara a cidade de Jerusalém e construía o templo, há, por outro, claros reflexos de narrativas bíblicas como o Êxodo (ainda que apresentado como expulsão, não com decisão e demanda do povo), Moisés como legislador e a conquista de Canã, bem como a proibição de imagens para adoração (em claro contraste com a religiosidade grega). Interessante que os marcadores costumeiros da identidade, nomeadamente a circuncisão e o sábado, estão ausentes, bem como se nega a existência de uma monarquia e, portanto, da linhagem messiânica! As informações à disposição de Hecateu talvez tenham sido incompletas ou tendenciosas, talvez por parte de judeus egípcios, mas é provável que ele tenha querido distinguir claramente os judeus dos egípcios ao destacar o papel do sumo sacerdote em vez da monarquia, fato que poderia sugerir uma “teocracia”. A interação dinâmica e intercultural entre autodefinição e percepção externa fica evidente neste artigo.

A seção *Ciências da Religião e Interdisciplinaridade* é aberta por um texto de *Vanderlei Dorneles*, do Centro Universitário Adventista de São Paulo, que apresenta o conceito de mito nas teorias do romeno Mircea Eliade (1907-1986) e do francês René

Girard (1923-2015). Segundo o autor, ambos defendem o enraizamento do mito na realidade histórica. Para o primeiro, o mito é uma linguagem específica, meta-histórica, que confere ao evento histórico “um *status* de ‘realidade’ ou atemporalidade”. Trata-se, no mito, de uma história exemplar passível de repetição, na perspectiva de um “eterno retorno”, diferente da aceção moderna da histórica irreversível e irrepitível. Assim, os acontecimentos históricos são inseridos na dimensão do sagrado, contados em termos de acontecimentos míticos *in illo tempore*, “naquele tempo”, como acontecimentos primordiais. Já para Girard, o mito tem sua origem no inconsciente dos perseguidores, cujas vítimas são utilizadas como “bodes expiatórios” (ideia extraída do livro bíblico de Levítico), a quem se transfere a culpa coletiva. Nessa perspectiva, o mito da fundação de Roma após Rômulo ter matado seu irmão Remo reflete o tema dos irmãos rivais, comum a muitos mitos mundialmente. Enquanto haja, na origem, um fato histórico, o mito encobre o mecanismo perseguidor que criou a vítima da violência sacrificial. Assim, conclui o autor, ambos “têm um conceito de evento de tempo histórico implicado nas narrativas mitológicas que não parece inteiramente desconectado do tempo presente ou profano”. O primeiro enfatiza a forma como mitos primordiais determinam a vida presente; o último destaca a dissimulação que ocorre pelo mito em relação aos fatos reais que o produzem.

O texto seguinte é da autoria de *Miguel Angel Mansilla, Constanza Vélez Caro e Luis Orellana Urtubia*, pesquisadores do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade Arturo Prato, no Chile, o qual temos o prazer de apresentar em língua castelhana. Trata das interações entre condições sociais e pregação na Igreja Evangélica Pentecostal do Chile entre 1925 e 1950. A pesquisa foi desenvolvida a partir do periódico pentecostal “Fuego de Pentecostes”. O período escolhido é marcado pelo início de publicação do periódico, no meio de uma situação muito evidente de “pobreza, miséria, fome, mortalidade infantil e enfermidades”, denunciada por vários movimentos sociais, também religiosos. É um período também de grande crescimento pentecostal. A expressão desse é “o êxtase e a catarse como forma de descarregar e purificar o corpo dessa miséria”, sendo que as condições históricas transformaram a mentalidade pentecostal sobre o corpo num “desencantamento somático”, que permitia atribuir apenas feiura ao corpo e beleza apenas ao Espírito. Isso resultou numa depreciação do corpo feminino nas prédicas e na vigilância moral, a qual, no entanto, encontrou resistência e rebeldia nas mulheres jovens pentecostais.

Por fim, *Rodrigo Portella*, da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, aborda, com ilustrações, a transição da percepção de Maria na Idade Média, da figura da Mãe de Jesus à Senhora do Céu, adquirindo, entre outras características, postura e atribuições de majestade. Ao mesmo tempo, torna-se “símbolo da mais alta pureza, da mais ostentosa riqueza e da celestialidade inatingível”. Também se torna Maria mais compassiva e próxima dos seres humanos diante de um Deus visto como distante e, em geral, masculinizado. As imagens com Maria amamentando Jesus, com o seio à mostra, resgata o direito de ser da beleza feminina, ao passo que essa se torna, em Maria, sinal da nova Eva, redimida, e não da Eva pecaminosa. Fica ambíguo o fato de que é o papel de mãe que, em Maria, se torna “atribuição central de dignidade da mulher”, com certo, porém também restrito potencial para emancipação das mulheres do domínio patriarcal. Vale ressaltar com o autor que o *Sitz im Leben* próprio das marionetas e da devoção mariana são as pessoas leigas.

Desejamos a todas e todos uma instigante e proveitosa leitura!